

25
NOV
2025

A ÁGUA COMO MERCADORIA O PLANO DE TARCÍSIO PARA O LUCRO

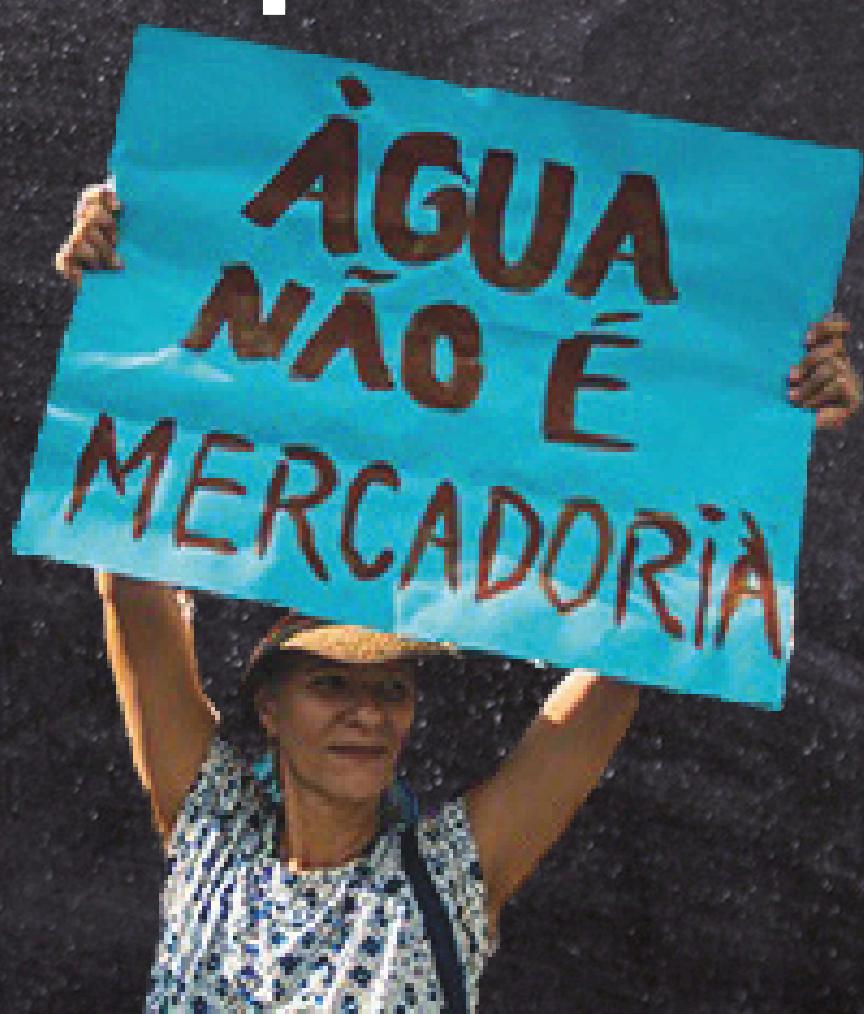
Ag
Re
e
Ex
ec



BOLETIM 28 - BANCADA DO PT NA ALESP

O Governo Tarcísio enviou projeto para Assembleia Legislativa modificando a Lei Estadual 17.383/2021, que criou o marco regulatório paulista de saneamento.

A matéria propõe uma única mudança: a redução de 4 unidades regionais de saneamento básico (URAE) para apenas duas, preservando a URAE 1 Sudeste, de concessão da SABESP, com 371 municípios, e unindo outras 3, com 274 municípios no total.



Por que a mudança de uma lei que mal completou 4 anos? A resposta é uma só: conceder à SABESP

privatizada o monopólio do uso da água e dos serviços de saneamento do Estado.

A empresa já detém o controle dos municípios da URAE 1 e mira os demais não atendidos por ela. Destes, aproximadamente 56 não aderiram ao Universaliza, programa que, sob pretexto de antecipar as metas de cobertura dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto (99% até 2033, na Lei Federal 14.026/2020), viabilizou a venda do controle da SABESP.

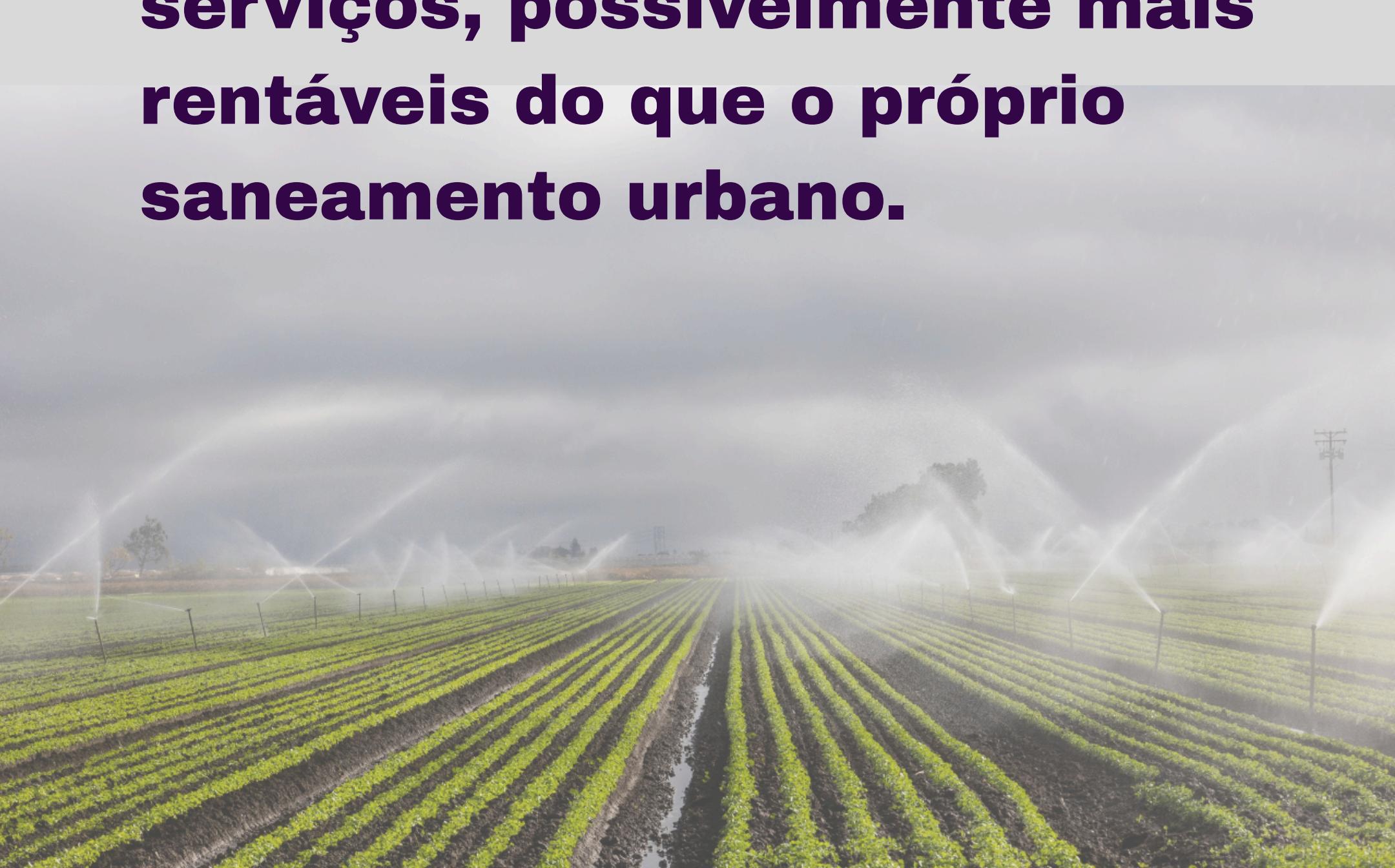
Unificar regiões heterogêneas do Estado numa só é do interesse econômico da SABESP e de seus sócios na política. Em primeiro lugar, porque as crises hídricas são realidades cada vez mais frequentes e comprovadas diante das mudanças do clima e o acesso a novas fontes de água passam a ser um grande negócio. A prova disto é a dificuldade em garantir o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo em momentos de mudança do regime de chuvas como acontece hoje.



Em segundo lugar, apesar de as URAEs 2, 3 e 4 apresentarem menor densidade econômica e populacional do que a URAE 1, elas têm grandes mananciais. E, no caso das cidades mais ricas, as autarquias municipais de saneamento estão muito próximas da universalização, exigindo investimentos de baixa monta, ao contrário das regiões da URAE 1.



Ademais, as atividades econômicas dessas regiões fazem uso intensivo da água, como a agricultura para irrigação e a indústria para diversos processos produtivos. Estes usos, quando autorizados, carecem de controle e fiscalização rigorosas e a medição de vazão requer a instalação de novos equipamentos. Mais uma frente de receitas para a empresa que ficar com os serviços, possivelmente mais rentáveis do que o próprio saneamento urbano.



A secretaria da área explicitou, em audiência pública na ALESP, a importância de oferecer “economias de escala” para futuros interessados numa concessão em bloco da futura URAE. Isso insinua um novo conluio, pois a SABESP partiria com vantagem na disputa por já se beneficiar das rendas do maior mercado de saneamento do Brasil, com grandes lucros e distribuição de dividendos para os acionistas.



Esta movimentação toda tem atiçado o “interesse” de prefeitos que não aderiram ao Universaliza e se apressam a conceder seus serviços. É o caso da cidade de Jaboticabal, que, apesar de possuir um serviço de boa qualidade, com cobertura universal, foi surpreendida com a aprovação de uma lei autorizativa de concessão, aprovada na calada da noite, sem debate na Câmara Municipal.

Jaboticabal

Parlamentares aprovam lei que autoriza concessão do SAAEJ; debates ganham força

Anthony de Lucca
Setembro 17, 2025 • 3 min read



**O diretório municipal do
Partido dos
Trabalhadores vem
denunciando a manobra
do prefeito e a absoluta
falta de fundamento
econômico e social
dessa privatização dos
serviços locais de
saneamento.**



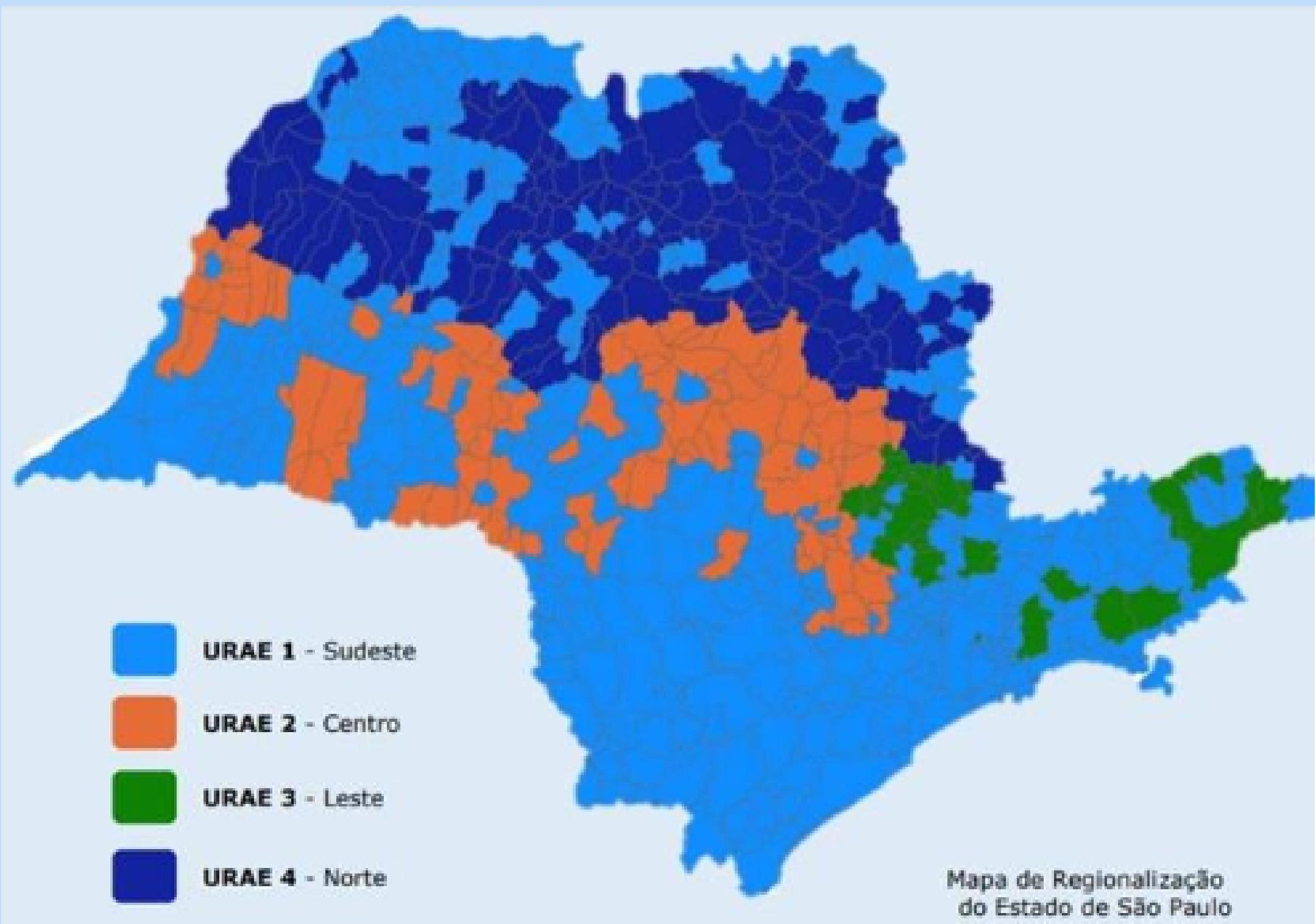
É óbvio que se trata de uma negociação análoga à venda do controle da SABESP para o consórcio Equatorial/BTG, mas com a possibilidade de dois “negócios”. O primeiro no processo de concessão, que contratará uma empresa qualquer para administrar o serviço, e o segundo numa eventual adesão do município ao Universaliza, em que a empresa detentora do bloco teria o maior interesse em “negociar” os ativos da empresa concessionária com beneplácito do Prefeito.



O PT de Jaboticabal se mobiliza junto com os funcionários da autarquia e setores da Câmara Municipal para explicar os efeitos funestos para a população, a exemplo do que ocorreu com a SABESP nos municípios em que opera: a qualidade do serviço piorou, as tarifas aumentaram muito e a atividade econômica foi fortemente penalizada. Para tal, será criado em breve um Comitê de Defesa da Água para enfrentar esse ataque ao interesse público e denunciar as intenções escandalosas da direita na cidade e no Estado.



URAEs definidas pela Lei Estadual nº 17.383/2021



Tarcísio quer reduzir as 4 unidades regionais para apenas duas: URAE 1 Sudeste, de concessão da SABESP, e URAE 2, integrada pelas outras 3 existentes, com 274 municípios no total.

URAE	Unidades que comporão a nova URAE	Regiões
URAE 2	Região Metropolitana de Campinas (RMC) e Região Administrativa de Sorocaba e parte do Vale do Paraíba.	Abrange a região mais rica do interior do Estado.
URAE 3	Região de Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto e Araçatuba.	Abrange o centro-oeste e noroeste do estado.
URAE 4	Região de Presidente Prudente e Marília, englobando o extremo oeste do estado (Pontal do Paranapanema) e parte do sul.	Abrange o sudoeste e oeste paulista.